



1 9 7 1 2 5 3 2 0 1 0 4 0 1 3 3 0 0

548
0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : LUIZ FERNANDO JUCA FILHO
APELADO : BRASKEM S/A
ADVOGADO : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)
REMETENTE : JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA - BA
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FL. 522/3

RELATÓRIO

EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL (RELATOR):

Por petição protocolizada em 23 MAR 2012, a FN opõe embargos de declaração ao acórdão da T7/TRF-1, de que foi relatora a Juíza Federal Convocada Mônica Neves Aguiar da Silva, que, em julgamento realizado em 14 FEV 2012, negou provimento à sua apelação e à remessa oficial.

A FN alega “omissão”, para fins de prequestionamento, aduzindo a cessação dos efeitos da coisa julgada, pois não alcançaria as inovações legislativas; que o STF reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 7.689/88; aplicação do art. 147, I do CPC e da Súmula 239/STF; violação dos artigos 467, 468 e 474 do CPC.

Com contrarrazões.

Recebido em gabinete em 22 MAI 2012.

É o relatório.

VOTO

O acórdão embargado restou assim ementado:

TRIBUTÁRIO — MANDADO DE SEGURANÇA — CSLL — INCONSTITUCIONALIDADE LEI N. 7.689/88 — COISA JULGADA: EFEITOS OBJETIVOS — JURISPRUDÊNCIA STJ (RESP 1.118.893/MG) — APELAÇÃO DA FN E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.

1. O STJ (REsp nº 1.118.893/MG), sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou entendimento de que a coisa julgada formada em prol da inconstitucionalidade da cobrança com base na Lei nº 7.689/88 implica na impossibilidade de cobrança posterior da contribuição social, já que as Leis nº 7.856/89, 8.034/90, 8.212/91, 8.383/91 e 8.541/92, e mesmo a LC 70/91, apenas modificaram a alíquota e base de cálculo, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária nem afastaram a inconstitucionalidade materialmente declarada no caso concreto.

No voto condutor do acórdão embargado reporteime aos fundamentos exarados no REsp nº 1.118.893/MG, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC. Todas as supostas omissões alegadas pela FN foram expressamente consignadas na ementa do referido julgado:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C DO CPC. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - CSLL. COISA JULGADA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 7.689/88 E DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA. SÚMULA 239/STF. ALCANCE. OFENSA AOS ARTS. 467 E 471, CAPUT, DO CPC CARACTERIZADA. DIVERGÊNCIA



JURISPRUDENCIAL CONFIGURADA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

3. O fato de o Supremo Tribunal Federal posteriormente manifestar-se em sentido oposto à decisão judicial transitada em julgado em nada pode alterar a relação jurídica estabilizada pela coisa julgada, sob pena de negar validade ao próprio controle difuso de constitucionalidade.

(...)

5. "Afirmada a inconstitucionalidade material da cobrança da CSLL, não tem aplicação o enunciado nº 239 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a "Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores" (AgRg no AgRg nos EREsp 885.763/GO, Rel. Min.

HAMILTON CARVALHIDO, Primeira Seção, DJ 24/2/10).

6. Segundo um dos precedentes que deram origem à Súmula 239/STF, em matéria tributária, a parte não pode invocar a existência de coisa julgada no tocante a exercícios posteriores quando, por exemplo, tutela jurisdicional obtida houver impedido a cobrança de tributo em relação a determinado período, já transcorrido, ou houver anulação do débito fiscal. Se for declarada a inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo, não há falar na restrição em tela (Embargos no Agravo de Petição 11.227, Rel. Min. CASTRO NUNES, Tribunal Pleno, DJ 10/2/45).

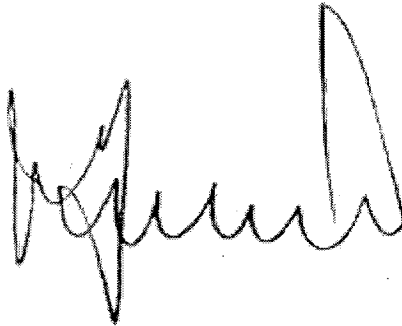
7. "As Leis 7.856/89 e 8.034/90, a LC 70/91 e as Leis 8.383/91 e 8.541/92 apenas modificaram a alíquota e a base de cálculo da contribuição instituída pela Lei 7.689/88, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária. Por isso, está impedido o Fisco de cobrar a exação relativamente aos exercícios de 1991 e 1992 em respeito à coisa julgada material" (REsp 731.250/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ 30/4/07).

.....
(REsp 1118893/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 06/04/2011)

Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, incorrente qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.

Pelo exposto, NEGOU PROVIMENTO aos embargos de declaração.

É como voto.



DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
RELATOR



Documento contendo 3 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.jus.br/autenticidade, informando o código verificador 4.938.417.0100.2-40.





TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
Certidão de Julgamento

Cod: 092.02.006

239

27/06/2012

547

23ª Sessão Ordinária do(a) SÉTIMA TURMA



Pauta de: Julgado em: 26/06/2012 EDcl em ApReeNec 0019712-
53.2010.4.01.3300/BA

Relator: Exmo. Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

Revisor:

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

Proc. Reg. da República: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA

Secretário(a): ANTÔNIO LUIZ CARVALHO NETO

APELANTE : FAZENDA NACIONAL

PROCUR : LUIZ FERNANDO JUCA FILHO

APELADO : BRASKEM S/A

ADV : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)

REMTE : JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA - BA

Nº de Origem: 197125320104013300 Vara: 8

Justiça de Origem: JUSTIÇA FEDERAL

Estado/Com.: BA

Certidão

Certifico que a(o) egrégia(o) SÉTIMA TURMA
apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data,
proferiu a seguinte decisão:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

A Turma, à unanimidade, negou provimento aos Embargos de Declaração,
nos termos do voto do Relator.

Participaram do julgamento os Exmos. Srs. JUIZ FEDERAL KLAUS KUSCHEL,
convocado nos termos do ATO/PRESI/ASMAG 670, de 11/05/2012, e JUIZ
FEDERAL RONALDO CASTRO DESTÊRRO E SILVA, convocado nos termos do
ATO/PRESI/ASMAG 799, de 28/05/2012. Ausentes, por motivo de férias, os
Exmos. Srs. DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES e DESEMBARGADOR FEDERAL
REYNALDO FONSECA.

Brasília, 26 de junho de 2012.

ANTÔNIO LUIZ CARVALHO NETO

Secretário(a)



1 9 7 1 2 5 3 2 0 1 0 4 0 1 3 3 0 0

549
0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
APELANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : LUIZ FERNANDO JUCA FILHO
APELADO : BRASKEM S/A
ADVOGADO : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)
REMETENTE : JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA - BA
.
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FL. 522/3

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — “OMISSÃO” INEXISTENTE — CSLL — INCONSTITUCIONALIDADE LEI Nº. 7.869/88 — COISA JULGADA — JURISPRUDÊNCIA STJ (RESP Nº. 1.118.893/MG) — EMBARGOS NÃO PROVIDOS.

1. Destinam-se os embargos declaratórios a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição (objetiva: intrínseca do julgado) ou suprir eventual omissão do julgado, consoante art. 535 do CPC, de modo que, inócurre qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade do embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica que se adotou no acórdão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita.
2. O voto condutor do acórdão embargado reportou-se aos fundamentos exarados no REsp nº 1.118.893/MG, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC. Todas as supostas omissões alegadas pela FN foram expressamente consignadas na ementa do referido julgado.
3. Embargos de declaração não providos.
4. Peças liberadas pelo Relator, em Brasília, 26 de junho de 2012., para publicação do acórdão.

A C Ó R D ã O

Decide a 7ª (Sétima) Turma NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração por unanimidade.

7ª (Sétima) Turma do TRF - 1ª Região, Brasília, 26 de junho de 2012..

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
RELATOR

